

RELATO DA REUNIÃO OCORRIDA EM BRASÍLIA SOBRE PARÂMETROS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Jodete Bayer Gomes Fullgraf

Gostaria de registrar através deste relato, minha participação na reunião técnica da COEDI/MEC sobre o documento Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil no Brasil realizada em Brasília dia 23 de maio do corrente. A reunião técnica teve como objetivo realizar uma análise da segunda versão do documento *Parâmetros de qualidade para a Educação Infantil* elaborado por Maria Malta Campos e Maria Lúcia Machado e coordenada pela COEDI/MEC.

A elaboração desse documento, além de compor a Política Nacional de Educação Infantil do MEC, visa cumprir a determinação legal estabelecida no Plano Nacional de Educação, que define a responsabilidade de “*Estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil, como referência para a supervisão, o controle e a avaliação, e como instrumento para a adoção das medidas de melhoria da qualidade*” (BRASIL, 2001, cap. II, item 19 do tópico Objetivos e Metas da Educação Infantil

Gostaria de destacar a qualidade do documento elaborado pelas autoras, bem como as importantes discussões teóricas e práticas que elas trazem ao longo do texto, além da importância dessa ação no conjunto das políticas atuais do Ministério. Indico ainda, a importância e o impacto que o referido documento possa impor aos sistemas de ensino no que se refere à concretização das políticas, bem como o possível reflexo na concretização de práticas mais qualificadas no cotidiano das instituições de educação infantil. Ainda com relação ao documento dos “Parâmetros de Qualidade” gostaria de destacar que a reunião foi muito proveitosa pelo nível qualificado das discussões lá estabelecidas. A reunião contou com a participação de mais de quarenta técnicos e especialistas de diferentes regiões do país. Destaco agora os principais encaminhamentos e desdobramentos da reunião:

- Consenso quanto à importância da aprovação e publicação de um documento que defina Parâmetros de Qualidade para área;
- Consenso quanto à legitimidade de um documento publicado pelo MEC, uma vez que acaba tendo a função de cobrar, acompanhar, fiscalizar e orientar;
- Consenso sobre a urgência em discutir com o Ministério a garantia do financiamento da educação infantil para que a política do MEC não seja inócua;
- Consenso em tornar o documento acessível as diferentes instituições, aos diferentes grupos e diferentes instâncias, tanto no formato teórico, quanto estrutural;
- Discutiu-se também, a necessidade de observar que o documento não se sobreponha às outras legislações vigentes, bem como não se sobreponha ao regime de colaboração entre os entes federados, previsto na Constituição Brasileira;
- O documento deve considerar as “diversidades” encontradas e vivenciadas na realidade brasileira;
- Alguns grupos encaminharam que o documento fosse desdobrado, não houve consenso quanto a este encaminhamento;

- O MEC pretende aprovar este documento no Seminário Nacional de Educação Infantil que será realizado 7 e 8 de julho em Brasília
- O Documento deve subsidiar formadores, políticos e gestores e os profissionais da área, pois trabalha com aspectos normativos e mandatários da legislação vigente.

Por outro lado, é importante destacar a preocupação que muitos integrantes do MIEIB indicaram com relação à conjuntura nacional. No momento atual vivenciamos a discussão quanto à aprovação de um novo fundo para Educação Básica. Nessa direção destaca-se a pouca efetividade de novas políticas para área¹ sem termos a garantia da aprovação de recursos financeiros para educação infantil através do novo “FUNDEB”.

Nessa direção, gostaria de registrar que os membros do MIEB que estavam presentes em Brasília para a referida reunião técnica, solicitaram um encontro com o Secretário da Educação Básica Sr. Francisco da Chagas Fernandes e com a Diretora de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Prof^a Jeannete Beauchamp, para discutir a permanência da educação infantil de 0 a 6 anos na proposta de PEC/40 (está na casa civil) que será apresentada pelo Ministério ao Congresso Nacional.

O Secretário indica que estão sendo debatidas três propostas de redistribuição de recursos da União. Chagas afirma que vivemos um período de efetivo tensionamento com relação à permanência da educação infantil no FUNDEB, principalmente com relação à creche, ou seja, as crianças de 0 a 3 anos. Antes esse tensionamento era só por parte do CONSED, mas essa discussão vem se ampliando. Verifica-se que 75% das creches estão em cidades que têm impostos próprios² e isso bate direto no orçamento, na Fazenda, os impostos próprios não entram, então os municípios grandes não entram. Enfim esse tensionamento se dá por conta dos impostos próprios, para que tenha creches não só nos municípios que tem impostos próprios.

Chagas indica que a Educação infantil está na PEC, ele não sabe se é possível segurar esta proposta, pois tem havido problemas com o CONSED, o CONSED reclama diretamente com o ministro, com a fazenda, a correlação de forças com os governadores é muito forte. Nós estamos mantendo a creche, mas não é definitivo. Esse tensionamento se dá, tem em vista o “jogo de forças” ocasionado pela inclusão da educação infantil e do ensino médio na proposta de FUNDEB³, os recursos serão os mesmos para uma nova demanda.

O secretário destaca que esse tensionamento será ainda mais acirrado no Congresso Nacional onde o jogo de forças é constate. O MEC foi questionado qual a sua posição com relação à permanência da educação infantil no FUNDEB “o argumento é de que essa é uma luta difícil, mas por enquanto está mantida a educação infantil, o Secretário diz que defende a idéia de um “valor simbólico” para “educação infantil”, ele destaca que essa seria uma

¹ Aprovação de metas no PNE, Publicação do documento Política Nacional de Educação Infantil, Aprovação e Publicação dos Parâmetros de Qualidade para educação infantil, etc.

² A questão dos impostos próprios é que os municípios grandes tem que dividir com os que não arrecadam, e nessa situação encontram-se 2.200 municípios.

³ Para aprofundar o tema ver Ângela Barreto e Rita Coelho – Financiamento da Educação Infantil e Vital Didonet – FUNDEB e Educação Infantil.

saída para manter esse nível de ensino no Fundo. Mas esta proposta também não é consenso. Existe uma disputa pelos recursos, os Estados redistribuem 3,6 bilhões de reais, isso pode diminuir com a entrada do ensino médio.

Assim o desafio continua posto e para não perder o costume “a luta continua”, esse momento é fundamental e crucial de conscientização de que efetivamente a educação infantil seja entendida como primeira etapa da educação básica, pois temos que lutar junto à UNDIME, CONSED, Deputados e Senadores. Assim fiquemos atentos e vamos manter vigilância quanto aos próximos encaminhamentos relacionados a esta matéria.